

**FORTALEZA/CE, CAPITAL DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: DOS RETIRANTES DA SECA AOS MORADORES DE RUA (RE)PRODUZINDO O CENTRO METROPOLITANO**

**FORTALEZA/CE, CAPITAL DEL SEMIARIDO BRASILEÑO: DE LOS RETIRANTES DE LA SEQUÍA A LOS MORADORES DE LA CALLE (RE)PRODUCINDO EL CENTRO METROPOLITANO**

**FORTALEZA/CE, CAPITAL OF BRAZILIAN SEMIARID: FROM THE REFUGEES OF THE DROUGHT TO THE HOMELESS (RE)PRODUCING THE METROPOLITAN CENTER**

**Felipe Silveira de Moraes PEREIRA**

Mestrando pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail: silveira.felipe@yahoo.com.br .

**Virgínia Célia Cavalcante de HOLANDA**

Professora Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA),  
Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGeo)

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: virginiaholand@hotmail.com

**Resumo:** O Centro de Fortaleza/CE, em seu processo de formação e expansão da urbe, foi (e é) núcleo central da malha urbana, em meio à segregação socioespacial, vazios urbanos e habitacionais. Apresentar-se-á, por meio da análise histórica de formação da cidade, o modo como a paisagem urbana pode revelar a normatização da (re)produção do espaço urbano do Centro de Fortaleza/CE como fomento à (in)acessibilidade à população de baixa renda de morar no Centro, especificamente moradores em situação de rua.

**Palavras-chave:** Fortaleza. Espaço Urbano. Centro. Moradores em situação de rua. Nomoespço.

**Resumen:** El Centro de Fortaleza/CE, en su proceso de formación y expansión de la urbe, fue (y es) núcleo central de la malla urbana, en medio a la segregación socioespacial, vacíos urbanos y habitacionales. Presentarse, por medio del análisis histórico de la formación de la ciudad, el modo como la paisaje urbana puede revelarse la estandarización de la (re)producción del espacio urbano del Centro de Fortaleza/CE como fomento a la (in)accesibilidad a la población de poca renta de vivir en el Centro, específicamente moradores en situación de calle.

**Palabras clave:** Fortaleza. Espacio Urbano. Centro. Moradores en situación de calle. Nomoespacio.

**Abstract:** The Center of Fortaleza/CE, in its process of formation and expansion of the town was (and is) the urban core, through the spatial segregation, housing and urban voids. Will be introduced through the historical analysis of formation of the city, how the urban landscape can reveal the standardization of (re) production of urban space from the center of Fortaleza/CE as encouraging to (in) accessibility to the population of low income to live in the downtown, specifically residents of street.

**Keywords:** Fortaleza. Urban Space. Center. Residents on the street. Nomospace.

## **1. Preâmbulo**

A dinâmica urbana é de uma intensidade cotidiana, localizada em tempos passados principalmente no incipiente núcleo urbano central. Destaca-se também este núcleo como a

principal centralidade do lugar (e única, à época), onde inicialmente tudo acontecia e se instalava – infraestrutura, comércio, cultura, lazer, habitação *etc.* Com a ascensão do urbano como modo de vida, as grandes metrópoles se destacam como o centro das atividades econômicas e de decisões políticas, mas também como o expoente das desigualdades socioespaciais.

O Estado do Ceará tem historicamente consolidado um incremento populacional nas áreas urbanas, principalmente a partir da década de 1950 e na porção territorial correspondente à Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), sendo Fortaleza a capital do Estado e o núcleo de maior concentração populacional. Há o destaque de que, “durante meio século, a população da cidade passou por uma mudança estrutural, na medida em que a participação dos migrantes da zona rural, sobre o total de residentes, ascende de 33,34% para 71,54%” (BRAGA, 2006, p. 13) em seus atuais 313,14 km<sup>2</sup> de extensão territorial.

No início da segunda década do século XXI, o Ceará abriga 8.448.055 habitantes (BRASIL, 2011a), dentre os quais 75,09% vivendo nos aglomerados urbanos. Fortaleza, considerada 100% urbana, contém em seu território a ordem de 2.447.409 habitantes (FORTALEZA, 2009; BRASIL, 2011b). Em razão de tais números, podemos vislumbrar grande concentração demográfica cearense em sua capital, tendo Fortaleza 38,57% do total da população urbana do Estado do Ceará neste período.

Em seu processo de formação e evolução urbanas, no tocante à presença da estrutura político-administrativa, dois momentos distintos são marcos representativos da intervenção do poder político sobre o território alencarino: 1) a elevação de Fortaleza ao *status* de cidade, em 1823, por decreto imperial; e 2) a institucionalização da Região Metropolitana de Fortaleza, pelo decreto 14/1973 (COSTA, 2007). Em ambos os casos, houve a antecipação, pelo Poder Público, da realidade espacial. O crescimento pelo qual passou Fortaleza apresenta como um dos fatores mais significativos as migrações de sertanejos fugindo da seca e, conforme destaca Girão (2000, p. 234), com o fim do trabalho escravo, as grandes estiagens (1877-78, 1888-89, 1900, 1901, 1902, 1915, 1919), a forte emigração ao Amazonas e a ineficiência da ação governamental conjuraram-se para ainda sustentar a atividade algodoeira no começo do século XX. Paralelamente a isso – à atividade que sustentava o povo rural cearense no campo –, Fortaleza crescia demograficamente.

A expansão da malha urbana ocorreu em razão de grandesavas migratórias e as ocupações em edificações precárias, somadas ao fato do reforço à manutenção desta centralidade, com o desenvolvimento de planos urbanísticos e a aplicação de códigos de posturas e a necessidade de “civilizar” a população vislumbrando o “progresso”<sup>1</sup>, supõe-se haver acontecido em virtude da

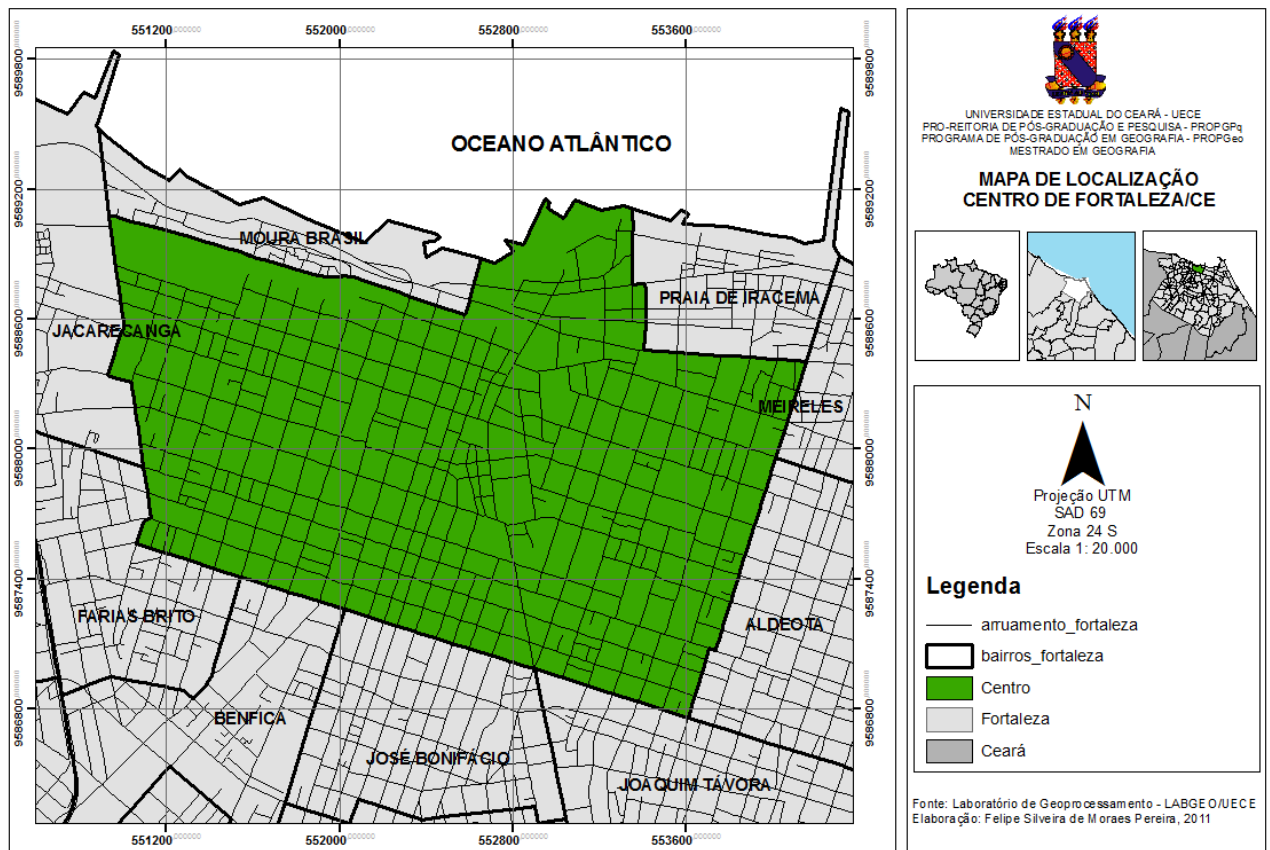
---

<sup>1</sup> “Na esteira desse quadro de mudanças, as principais cidades brasileiras atravessaram uma série de intensas reformas urbanas e sociais [...] visavam alinhar os centros urbanos locais aos padrões de civilização e progresso disseminados pelas metrópoles européias” (PONTE, 2001, p. 13).

inacessibilidade ao núcleo central (SILVA, 1992), aliado ao disciplinamento aplicado a população ao *modus vivendi* (no) urbano<sup>2</sup>.

É preciso, portanto, entender a existência de pessoas concentradas na Capital cearense e como a (re)produção do espaço urbano sucedeu. O que proporcionou tal concentração? Quais eram as condições pretéritas de Fortaleza nessa realidade espacial?

No contexto específico de nosso objeto – o Centro de Fortaleza/CE, localizado na porção norte da Capital cearense (Figura 01) – o foco ensejado neste texto proporá uma análise dessa condição da diferença e da apartação desde tempos passados na urbanização da Capital do semiárido nordestino, com a mobilização das classes dirigentes ao fortalecimento das elites com a condição semiárida, na perspectiva de compreender a dinâmica da área central alencarina em um olhar numa escala mais profunda, por meio dos conflitos neste território nas divergências de uso cotidiano e legislação/regulamentação institucional.



Os procedimentos adotados em busca da compreensão destes eventos dar-se-ão na perspectiva materialista, sob o conceito de paisagem urbana relacionada ao simultâneo e dialético processo de usos do espaço de modo comunal e com/contra os regimentos institucionais, ou seja, aquilo que Gomes (2006) qualifica, simultaneamente, de genoespço e nomoespço. Nesta assertiva

<sup>2</sup> “A concentração da população nas cidades exige o disciplinamento deste espaço e desta população” (COSTA, 2001, p. 105)

conceitual, vale esclarecer que “(...) o que estamos chamando de genoespaço, o tipo de agremiação social que qualifica o território é o grupo ou a comunidade” (GOMES, 2006, p. 60), assim como o nomoespaço caracteriza-se como “(...) uma extensão física, limitada, instituída e regida pela lei. Trata-se de um espaço definido por uma associação de indivíduos, unidos pelos laços de solidariedade de interesses comuns e próprios, e pela aceitação e aplicação de certos princípios logicamente justificados” (GOMES, 2006, p. 37).

Pressupomos que, efetivamente, a cidade não se restringe às suas obras, mas, numa perspectiva lefebvriana de análise, é permeada pela sua arte como modo de vida, a satisfação do bem estar humano.

## **2. No Ceará: formação de Fortaleza, de vila à cidade (para poucos)**

A Capital alencarina, antes de sua realidade metropolitana nacional consolidada, passara por um longo período de “esquecimento”, haja vista o contexto colonialista imposto ao Brasil. De um modo geral, no Ceará, os núcleos urbanos tiveram início em decorrência da expansão das atividades econômicas, sendo as principais nesse contexto a carne seca e o algodão.

Não obstante, no Ceará “alguns núcleos urbanos tem origem na implantação de atividades ligadas à defesa do território, evoluindo com a instalação das atividades administrativas (...)” (SOUZA, 2007, p. 13), sendo Fortaleza o maior exemplo no Estado. Tem-se como características em sua formação um processo que, de território inicialmente ignorado pelo princípio de ocupação da capitania do Ceará com origem no sertão, realiza-se como um núcleo urbano cuja ocupação se associava à racionalidade militar e com funções administrativas (DANTAS, 2009); partindo de uma conjuntura em que a constituição das cidades cearenses ocorreu na área abrangida pelo semiárido sertanejo em virtude da economia da época ser de caráter regional e atrelada à Zona da Mata e, politicamente, o Ceará subordinado a Pernambuco.

Desse modo, este núcleo, originado do pequeno aglomerado em torno do forte Schonneborch erguido pelo holandês Mathias Beck em 1649, não surgiu preponderantemente (embora possa haver possível relação) por motivos econômicos imediatos oriundos das rotas de ocupação do interior brasileiro<sup>3</sup> e cujo processo no caso cearense derivou dos sertões de dentro, de penetração ao território pernambucano.

---

<sup>3</sup> O interior brasileiro, de acordo com Reis (1998), fazendo a releitura da obra de Capistrano de Abreu, foi ocupado a partir de pólos de conquista do sertão, desde 1530: a) São Vicente e Piratininga; b) Maranhão; c) os sertões de fora e sertões de dentro (o Nordeste); e d) as Minas Gerais.

À época, politicamente,

Fortaleza, mesmo durante o tempo em que esteve atrelada a Pernambuco, desenvolveu-se como sede administrativa da capitania do Ceará. Destacou-se das demais vilas cearenses por reunir um conjunto de signos do poder instituído colonial que a marcava como centro administrativo da capitania: fortaleza, casa de Senado, pelourinho, casa de morada do capitão-mor e do governador do Ceará. (VIEIRA JUNIOR, 2005, p. 18).

É importante ressaltar que a organização social e territorial de Fortaleza disposta à defesa da Capitania e, sobretudo, para sua administração, deu elementos políticos precípuos à inserção econômica, mesmo estando o litoral à margem deste processo e sem produtos “interessantes” à comercialização.

No contexto econômico no plano regional, o Ceará tem destaque no seio das atividades produtivas inicialmente por meio da pecuária, ocorridas no sertão, sendo o litoral apenas um elemento distribuidor por intermédio do transporte marítimo, cujo porto era Aracati. Foi pelo consequente desenvolvimento do charque como mercadoria, inclusive, que surgiram as charqueadas na primeira metade do século XVII (SOUZA, 2007, p. 16). Com as boiadas e charqueadas, as estradas e portos de articulação intrarregional se desenvolveram no Ceará. Com efeito, “as charqueadas marcaram o encontro do homem do litoral com seu irmão sertanejo (...)” (GIRÃO, 1995, p.76).

A cotonicultura cearense despontou economicamente na segunda metade do século XVIII, diversificando a atividade econômica do Ceará, quando alguns fatos colaboraram para tal ascensão: a Revolução Industrial e a Guerra de Secessão estadunidense (1861-1865). Como acentua Silva (1995, p. 82), “no início do século XIX, o Ceará exporta algodão diretamente para o mercado externo. A partir daí, a cotonicultura teve rápida expansão (...)” e Fortaleza, por consequência – mas não de maneira imediata – entra em um contexto de polarização política e econômica enquanto passa a estabelecer centralidade urbana e hegemonia política no Estado, já que “tem-se notícias de exportações de algodão do Ceará direto para a Europa, ainda no século XIX (...) no final do século XIX, vai firmar a posição da capital na exportação do algodão.” (SOUZA, *op. cit.*, p. 18).

Assim, é na qualidade de centro de escoamento da produção do algodão que Fortaleza – a segunda vila instalada no Ceará, em 1726, sendo a primeira a de Aquiraz (1713) e outras tais quais, posteriormente, Icó (1738), Aracati (1748), Caucaia (1759), Viçosa do Ceará (1759), Crato (1764), Baturité (1764), Sobral (1773), Granja (1776), Quixeramobim (1789) e Guaraciaba do Norte (1796) (SOUZA, 2007, p. 19) – rompe o isolamento regional e não mais fica restrita às atividades militar e administrativa. Tem-se, portanto, que “o desenvolvimento da cultura do algodão e a implantação do sistema ferroviário foram fundamentais para as modificações da estrutura do sistema urbano no Ceará” (SOUZA, *op. cit.*, p. 22). Assim, Fortaleza, tem ampliada sua área de influência, fortalecendo sua posição na hierarquia urbana cearense pelo intercâmbio de mercadorias com a

Europa e América do Norte, passa a vigorar em um contexto de circulação de capitais (VIEIRA JUNIOR, 2005).

Embora o algodão tenha concorrido inclusive para a inserção do Ceará na divisão internacional do trabalho, *in loco*, a prosperidade e o desenvolvimento econômico não foram instantâneos, visto que “(...) a relação entre expansão da exportação de algodão e expansão da cidade não se fez de maneira linear, e nem atingiu toda a malha urbana.” (VIEIRA JUNIOR, *op. cit.*, p. 60). A concentração do “desenvolver a cidade” a partir de seu núcleo central e nele se restringir dá características de um endosso à centralidade urbana neste perímetro da então cidade de Fortaleza de Nossa Senhora de Assumpção e de forma ainda fragilizada e fragmentada. Este desenvolvimento, também, promoveu o direcionamento concentrado da incipiente infraestrutura urbana neste perímetro, dada a funcionalidade comercial que se esperava consolidar ali.

A atividade comercial, no entanto,

[...] continuava frágil, e até fins da década de 1840 a maior parte da renda da província vinha das negociações internas que envolviam a pecuária. Os 5% de imposto cobrado na exportação de algodão ainda se mantinham de maneira secundária nesse cenário econômico do Ceará. (VIEIRA JÚNIOR, *op. cit.*, p. 38).

Além do destaque econômico, o bem-estar social e o desenvolvimento urbano de Fortaleza também não alcançaram êxitos mais horizontais. Na disposição do rústico sistema viário, a migração sertaneja em fuga das secas no interior da Capitania ganhou força e um destino. Com base nesta centralidade conformada pela economia espacial cearense, estando Fortaleza na função de distribuição de mercadorias pelo meio marítimo e o recebendo pelas vias terrestres, estas últimas deram bases para a chegada de levadas de pessoas do interior do Ceará.

A composição da população de Fortaleza, associada ao crescimento econômico – e a inserção cearense na divisão territorial do trabalho e na instalação de estabelecimentos têxteis de capital local<sup>4</sup> e estrangeiros – passa a ter maiores dimensões sobre o espaço. O Centro de Fortaleza, núcleo urbano da cidade na época, torna-se palco de transformações institucionais mais efetivas, visando à normatização e ao ordenamento da ocupação da urbe, por meio de seus planos urbanísticos.

Diante disso, de acordo com Costa (2007),

a condição de sede da administração da província do Ceará e a centralização do poder político e econômico a partir do início do século XIX, foram fatores importantes para a hegemonia urbana de Fortaleza e para a ocorrência da maior parte de investimentos

---

<sup>4</sup> “Na penúltima década do século XIX, funda-se a primeira indústria têxtil de Fortaleza, a Fábrica de Tecidos Progresso, constituindo-se no primeiro empreendimento industrial de vulto implantado no Ceará (...) No caso específico de Fortaleza, a presença de matéria-prima favoreceu a sua instalação, haja vista, o desenvolvimento da cultura do algodão, principal produto agrícola do Estado” (AMORA, 1994, p. 122-123)

governamentais e privados em edificações, infra-estrutura e serviços na capital (COSTA, 2007, p. 51).

Essa dinamização no espaço – e isso levando em conta que fora realizado no recorte geográfico referente ao Centro da cidade – não foi fruto de uma vontade única, mas um conjunto de elementos organizadores e produtores deste espaço, sendo o poder público o maior deles (*id. ibid.*), inclusive na consolidação e representação político-administrativo da cidade.

Sendo o eixo inicial e principal da (re)produção do espaço urbano, o Centro de Fortaleza apresenta as mais pretéritas formas arquitetônicas, os primeiros focos de instalação de infraestrutura urbana e equipamentos urbanos, mas também tem em sua inscrição territorial as primeiras discriminações em torno da habitação, do viver (n)a cidade. O espaço (re)produzido em torno de suas funcionalidades e obedecendo a determinados interesses e agentes produtivos caracteriza as formas e os conteúdos da expansão urbana da cidade e, singularmente, da área central, em cuja histórica formação assiste-se aos processos de segregação socioespacial e da fragmentação territorial observados na paisagem urbana.

Buscando compreender conteúdos importantes na formação e configuração pretérita da Capital do semiárido, a apresentação da paisagem urbana de sua área central é-nos recorrente na medida em que ela nos demonstrará elementos de segregação em sua circunscrição com suporte na normatização territorial.

### **3. Centro de Fortaleza/CE: paisagem(ns) de segregação urbana**

As cidades são a representação espacial da diferença, da apartação, enraizadas em seus fundamentos de existência como locais de trocas, de circulação de valores. Lefebvre (1991) ensina que elas são o centro da vida social e política, onde ocorrem a acumulação de riquezas, conhecimentos, técnicas e obras as quais, com o advento da Revolução Industrial e a direta relação entre urbanização e industrialização, a cidade se concretizava em obra realizada como valor de troca. Outrossim,

[...] temos à nossa frente um duplo processo ou, se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. (LEFEBVRE, 1991, p. 09).

Intensificam-se, ante essa lógica da produção de valores voltados à reprodução de capitais, a terra e os imóveis urbanos e, também inserida, a moradia. Com efeito, a formação do núcleo urbano de Fortaleza não *fugiu à regra*, estando postos nesse contexto o binômio gado-algodão na economia

cearense, a consolidação da malha ferroviária e rodoviária, com a incipiente industrialização, e as migrações sertanejas.

Vale considerar que o entendimento como paisagem urbana corresponde ao abordado por Carlos (2008) como uma captação das relações cotidianas que (re)produzem o espaço social e historicamente reproduzidas em tempos variados, estando articulados às novas transformações com o intermédio do trabalho, revelando e/ou ocultando seus usos, entreusos e intrausos, com intensas disputas pelo uso do espaço:

Essa paisagem é humana, histórica e social e se justifica; existe pelo trabalho do *homem*, ou melhor, da sociedade que a cada momento ultrapassa a anterior. É produzida e justificada pelo *trabalho* considerado como *atividade transformadora* do homem social, fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas (...) (CARLOS, 2008, p. 48, grifos da autora).

Dessa forma, há a consideração de que a paisagem urbana se concretiza no espaço urbano revelando os paradoxos entre miséria e riqueza na configuração territorial da cidade e que, na composição específica do Centro de Fortaleza como uma porção territorial, construídas pelas relações de trabalho e de (re)produção, concordamos com Silva (2001) quando “o espaço geográfico, produto, processo e manifestação da sociedade, expressa todas as contradições geradas e contidas nas relações sociais de produção”.

No século XIX, observa-se na paisagem deste núcleo central a discriminação na moradia da população com as diferentes nuances em sua contemplação, na observação da forma das edificações e no conteúdo de seu interior, cuja maioria daquela vivia em casebres de palha e cobertos de palha, enquanto raras eram as edificações erguidas com tijolos, entre outros motivos, em razão dos custos em tais empreendimentos (VIEIRA JUNIOR, *op. cit.*), de tal maneira que

[...] no ano de 1860 a população estava distribuída em 960 casas de tijolos, oitenta sobrados e mais de 7.200 residências cobertas de palha e fora do alinhamento planejado para a cidade [...] Assim, era significativo o aumento de moradores, como também a quantidade e a qualidade da construção de seus domicílios, evidenciando um constante aumento da precariedade na maior parte das habitações existentes na capital (VIEIRA JUNIOR, 2005, p. 58).

A migração dos retirantes da seca para a capital cearense, em 1877, ocorrida em meio à consolidação da Lei de Terras (nº. 601, de 18 de setembro de 1850), deu-se a restrição do acesso à terra cujo mecanismo de posse foi, desde então, intermediado pelo capital, baseando também a política de colonização estrangeira do território brasileiro garantindo ao Estado contrapartida financeira por meio dos títulos e das taxas para sua exploração. Vinculado a isso, o processo de *valorização* (da produção, dos produtos e da terra, o que impedia a migração rural-rural, com a consideração progressiva da terra como valor de troca) e *desvalorização* (com a retomada produtiva dos Estados Unidos pós-Guerra de Secessão) do algodão no interior, concorre tanto para a



intensificação dos mecanismos de ordenamento urbano de Fortaleza para o grande incremento demográfico à época, saltando entre o início e o fim desta década em questão de 20 mil para aproximadamente 160 mil habitantes (O POVO, 2006a), como para a legitimação das diretrizes elitistas sobre o espaço. As medidas adotadas, entre muitas, orientadas pela segregação centro-periférica, foram proporcionadas pela Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios, elaborada pelo engenheiro da província Adolfo Herbster, de 1875. Com relação a este fato, estão a aprovação do Código de Condutas, em 1879, o emprego dos retirantes em obras públicas, com destaque para a retomada da construção da estrada de ferro de Baturité, a construção dos abarracamentos e da Hospedaria Geral da Emigração.

Vislumbrava-se na cidade, em meio a suas bem ornamentadas e destoantes estruturas arquitetônicas, a paisagem da miséria e do aglomerado de retirantes embaixo dos cajueiros nas praças do Centro (O POVO, 2006b), de modo que “(...) as ruas ocupadas por uma multidão de pedintes andrajosos, a perambular pelas casas e praças, em busca de esmolas e alimentos, davam a sensação de uma cidade ocupada (...)” (OPOVO, 2006c, p. 13) em oposição ao projeto de *modernização* pensado pelos planos institucionais e o desejo da elite, em meio à *belle époque* da formosura. Tentava-se, de tal maneira, ignorar – ou ao menos invisibilizar – o caos urbano e social em meio a uma regulamentação formal de normas e fronteiras territoriais (GOMES, *op. cit.*) e de seus usos. Por conta disso, diferentes usos se consolidam – como manifestação formal da divisão técnica e social do trabalho – no espaço dada as diferentes formas de (re)produção, apropriação e consumo, de modo que

[...] os contrastes que emanam da observação da paisagem se fundamentam no fato de que o espaço é produzido pelo trabalho social geral da sociedade como um todo e apropriado individualmente; criando uma contradição entre a produção e o seu consumo, fundamentado na contradição capital-trabalho, expressa no fato de que as propriedades e diretrizes do processo de produção do espaço não são as prioridades da sociedade, de um modo geral. (CARLOS, 2008, p. 62-63).

Associando o plano de Adolfo Herbster de 1875 com o Código de Condutas de 1879 temos o instrumental normativo de ordenamento territorial deste espaço posto à normatização das relações contratualistas, que, segundo Gomes (*op. cit.*, p. 40), “(...) é a base que funda uma sociedade de contrato. O *nomoespaço* é assim uma condição necessária para que se configure a idéia de um pacto social do tipo contratual. Diferentes pactos dão origem a diferentes composições espaciais”, em cujo processo organizado entre Estado e a elite abrem possibilidades e/ou dão vigor às medidas repressoras. Entre tais medidas, de caráter higienista diretamente imbricadas com os sertanejos estão a construção e a consolidação dos abarracamentos e, posteriormente, dos campos de

concentração<sup>5</sup>, nas proximidades da estrada de ferro. Em consulta aos arquivos do jornal O Povo (2006d; 2006e), a partir dos quatro primeiros abarracamentos, ordens de serviço do presidente da província, José Júlio de Albuquerque, foram dadas para a efetivação total de 13 abarracamentos, de tal modo a afastar os retirantes e não manchar o projeto de modernização da cidade. A forma geométrica da cidade efetivava, assim, a discriminação entre o centro e a periferia com base na renda de seus ocupantes. Não se consolidava, portanto, apenas o enquadramento das ruas e da vida urbanas, mas se formulava a contraditória (re)produção do espaço urbano de Fortaleza, com base na periferização dos pobres para longe das áreas centrais, por meio, inclusive, de ações institucionais normativas.

De tal modo, “o espaço é hierarquizado, assim como os poderes que sobre ele são exercidos” (GOMES, 2006, p. 37), de sorte que o direito à vida neste espaço está intrinsecamente relacionado ao acolhimento e obediência aos padrões estabelecidos por quem é detentor do domínio político sobre o território, ou seja, uma conveniência contratualista. Dando maior ênfase à questão, este autor ainda destaca:

[...] fazer parte dessa associação, desse espaço, significa aceitar suas regras, endossar os contratos que unem os indivíduos e, conseqüentemente, preservar os limites da lei, limites territoriais e sociais. Significa também renunciar a todas as outras formas de regulação do comportamento que entrem em conflito com o código de conduta estabelecido nesses domínios. (GOMES, 2006, p. 38).

Foi no início do século XX que ocorreram intensas mudanças populacionais (Quadro 01), em que de um lado, sob a égide das secas, as migrações passam a ter como destino a capital cearense e aumentam a densidade de Fortaleza. A transformação da paisagem urbana da então cidade provinciana ainda é tangente às precárias condições estruturais, o que revelava também sua lenta expansão (VIEIRA JUNIOR, *op. cit.*), cuja razão entre as edificações de tijolo e as erguidas com taipa e telha permaneciam enormes e tendo como ponto central a praça Municipal (atual praça do Ferreira). Na primeira metade do século XX, a urbe é moldada pela distribuição da população em seu espaço urbano e a cidade, assim, determinada pelo seu nível de renda (COSTA, 2007, p. 72). Ainda muito restrita ao núcleo central, delimitado pelos *boulevards* do segundo plano urbanístico de Adolfo Herbster, a paisagem representava o conflito de classes pelo zoneamento. Por

---

<sup>5</sup> Consoante ao contexto histórico, os campos de concentração se propunham a um projeto de isolamento sofisticado dos retirantes da seca oriundos do interior do Ceará, proporcionando reclusão dos sertanejos ao longo das estradas de ferro, estrategicamente construídos nas proximidades destas estações. Desta forma, “a localização dos Campos possibilitava um maior controle sobre a vida do retirante [...] nos territórios onde o sertanejo procurava trocar do caminho pelas estradas de ferro” (RIOS, 2001, p. 13-14) e, “para barrar a marcha dos retirantes rumo a Fortaleza e outras cidades do Estado, foram erguidos sete ‘Campos de Concentração’ (em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza). Eram locais para onde grande parte dos retirantes foi recolhida a fim de receber do governo comida e assistência médica [...] Havia guardas vigiando constantemente o movimento dos concentrados” (*id. ibid.*, p. 41).

outro lado, externamente, era garantida aos retirantes da seca do interior cearense uma homogeneidade derivada de uma coesão de cunho social por meio da predominância de uma coletividade em contraste com a Fortaleza *moderna*, este contraste em relação ao molde parisiense de se instaurar o ordenamento territorial.

**Quadro 1 – População do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza  
1890 a 2010**

Ano	População Ceará	Crescimento Intercensitário	População Fortaleza	Crescimento Intercensitário
1890	805.680	---	40.902	---
1900	849.127	53.8	48.369	18.2
1920	1.319.228	55.3	78.536	62.2
1940	2.091.032	58.5	180.185	129.4
1950	2.695.450	28.9	270.169	49.9
1960	3.337.856	23.8	514.813	90.5
1970	4.491.590	34.5	857.980	66.6
1980	5.380.432	19.7	1.307.611	52.4
1991	6.366.647	18.3	1.767.637	35.0
2000	7.417.402	16.5	2.141.402	21.14
2010	8.448.055	13.89	2.447.409	14.29

Fonte: COSTA, 2007; BRASIL, 2011a.

Por sua vez, Costa (2001, p. 100) destaca que na urbanização cearense teve grandes transformações nos dois últimos séculos vinculadas ao crescimento populacional urbano e nas mudanças no modo de vida das pessoas e cujo fenômeno fora marcado pela natureza semiárida e a mudança de mentalidade, com a importação do modo europeu de urbanidade<sup>6</sup>. Assim, tendo Fortaleza como lugar primaz deste processo, “a urbanização (...) como modo de vida impõe-se aos moradores da cidade orientada pelo poder público (...) Portanto, a cidade é um ambiente também policiado, controlado, dão tantas legislações para disciplinar a vida nas áreas urbanas” (*op. cit.*, p. 105).

É de relevante destaque, conforme o quadro exposto, o incremento populacional ocorrido entre as décadas de 1920 a 1950 e de 1950 a 1980 na capital alencarina. Se, para o primeiro caso, a seca de 1933 foi fulcral para a compreensão da realidade socioespacial, no segundo momento, a disposição dos sistemas de transporte contribuíram solenemente. Vale considerar que o movimento

<sup>6</sup> “A influência da ‘civilização francesa’ marca os hábitos da população cearense, principalmente da ‘burguesia’ (...) Este processo de civilização, de urbanização da sociedade cearense foi lento e marcado pelas idéias dominantes na Europa” (COSTA, 2001, p. 113-114).

migratório era elevado em ambas as ocasiões, sobretudo a partir de 1950 (SOUZA, *op. cit.*), em um contexto de intensa industrialização na conjuntura nacional e com seus rebatimentos na (re)produção do espaço na capital cearense, com, por exemplo, a expansão da malha viária e ferroviária, tendo o Centro de Fortaleza a função de ponto central da fluidez e do movimento. Silva (1992), assim, considera que na década de 1930 este recorte espacial da cidade já apresenta perda da fixação residencial burguesa, indo ao oeste, sendo o Boulevard da Jacarecanga a rota de *fuga* da elite da área central; na década de 1970, a descentralização tem destaque em Fortaleza, com os casos dos bairros Aldeota e Montese efetivando-se como subcentros mediante a verticalização residencial. Em meio a esse processo, com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1964, o *centro tradicional* da cidade convertem-se em *centro da periferia* (SILVA, 1992).

Com a penetração mais incidente sobre o território metropolitano, a industrialização, após os incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sobretudo com atuação na década de 1960 e 1970, dá novas formas e conteúdos a Fortaleza. Ao passo que os equipamentos industriais não mais se localizam no distrito industrial na Avenida Francisco Sá, a capital cearense é marcada, concomitantemente, pela expansão de sua malha urbana, com obras de infraestrutura, e com os conjuntos habitacionais abrigando os pobres cada vez mais distantes do Centro.

Desta forma, o Centro da cidade de Fortaleza não foi demasiado ocupado em decorrência das restrições urbanísticas, mas principalmente pelas restrições políticas e sociais, por intermédio de medidas higienistas desde meados do século XIX com a organização do espaço inspirada em Haussmann, pelo acesso a terra como propriedade privada pela Lei de Terras ou pelos abarracamentos na década de 1930. Tais ações visavam a retirar do seio da produção do espaço aqueles que não estavam condizentes à lógica (e às normas) elitista de (re)produção do espaço.

Houve, no entanto, quem não se retirou. O Centro de Fortaleza, atualmente, incorpora em sua lógica uma relação de complementaridade baseada nas relações de consumo. Grande núcleo do comércio popular da capital cearense, as ações escapam às relações contratualistas e adicionaram outros elementos à paisagem urbana em seu cotidiano: vendedores ambulantes informais em carrinhos cheios de frutas tropicais, espetos de carne ou frango e queijo coalho ou uma bicicleta com um “isopor” com lanches a servir os trabalhadores formais; espetáculos de artistas populares nos espaços públicos à espera dos centavos de cada dia; aparelhos de som anunciando as ofertas dos produtos nas lojas varejistas; as praças acolhendo os pontos finais de inúmeras linhas de ônibus de várias origens, tendo o Centro como ponto final; efusão de moradores em situação de rua a perambular em torno de locais com fluxos de pessoas em busca de alguma ajuda imediata para lhe sanar a fome e o seu sofrimento; não por uma noção efetiva e propriamente de resistência, mas, entre outras lógicas, pelo princípio da sobrevivência, já que as oportunidades ainda presentes na

área central de Fortaleza, em termos absolutos, são bem consideráveis na perspectiva da disposição de abastecimento básico para as necessidades vitais.

#### **4. Moradores em situação de rua: novos retirantes?**

Historicamente, a (re)produção do espaço urbano de Fortaleza tem como marcos norteadores iniciais a planta de Adolfo Herbster, de 1875, cuja aplicação sobre o espaço discriminava a área central dos subúrbios e, assim, o zoneamento territorial classista em sua ocupação, e a migração sertaneja na relação direta que se consolida entre a seca e a formação da periferia em Fortaleza. Com isso, os princípios ainda elementares de diferenciação do valor da terra urbana derivados desde a Lei de Terras dão forma e conteúdo à cidade desigual, cuja paisagem ao mesmo tempo revela e oculta tais desigualdades. No Centro de Fortaleza, elementos presentes na dinâmica urbana são indistintos e invisibilizados, quando não ignorados, dessa realidade, em pares dialéticos e contraditórios: moradores em situação de rua e vazios urbanos. Deste modo, “Fortaleza chega ao século XXI delineada não por um pequeno riacho, como em seus primeiros tempos, mas por uma fronteira social e simbólica que pode ser enxergada na paisagem urbana.” (OPOVO, 2006e, p. 10).

Na segunda metade do século XX, por pretextos de deslocamento das atividades portuárias, comerciais, político-administrativas e habitacionais, a expansão da malha urbana fortalezense ocorrem de forma generalizada sobre o território, cujas consequências, além da formação de novas centralidades, remete ao processo de evasão populacional da área central. Em tempo, a consolidação destas novas centralidades ocorre ao mesmo tempo em que o Centro de Fortaleza perde grande parte de sua população habitante, com uma queda de 35% na década de 1980. Este decesso é contínuo nos anos posteriores em razão de: a) periferização/periurbanização ocasionada pelo valor fundiário da terra urbana, com os preços nas proximidades do Centro e bairros vizinhos mais altos ocupados e em franca valorização para usos comerciais, inviáveis a quem não pode pagar pela moradia; b) expansão urbana como vetor da expansão da pobreza, formando o par dialético entre o surgimento de espaços da opulência e de espaços da segregação na capital cearense, em constante conflito; e c) a subcentralidade dos serviços e a descentralização do comércio, garantindo a difusão destas atividades no espaço urbano, mas que concorreram para o fechamento e isolamento dos prédios, ficando estes desocupados, mantendo-os à risca da valorização imobiliária e esvaziando o Centro, subutilizando a infraestrutura ali disposta. Com isso, este território tem seus usos, entreusos e intrausos modificados, tamanha a transformação da dinâmica do lugar.

Neste *mix* de relações contraditórias exprimidas na paisagem urbana, a concentração de moradores em situação de rua nas grandes metrópoles brasileiras passa a ter visibilidade política na década de 1960, em organizações e mobilizações incipientes, ante um contexto político contrário às

organizações políticas populares e com um reforço à categoria de nomoespaço nas relações institucionais sobre o território. Tem aí, também, grande proximidade com as organizações religiosas da Igreja católica, que, atualmente, de modo mais direto, ocorre, entre outros, por meio da Pastoral do Povo da Rua.

Na qualidade de sujeitos em evidência, os moradores em situação de rua estão organizados como Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) em todo o país desde o começo de 2004 em São Paulo, 2005 em Belo Horizonte e 2009 em Curitiba e Porto Alegre, sendo esta organização mais recente em outras metrópoles, entre 2009 e 2010, como Salvador, Brasília e Fortaleza. Entre as prerrogativas pensadas no plano coletivo do movimento, a habitação está entre os focos de luta e de resistência orgânica e, no caso específico de Fortaleza, posta-se em defesa da habitação de interesse social na área central.

Em entrevista realizada com três moradores em situação de rua de Fortaleza, em 2010, houve destaque de que existem na capital cearense mais de duas mil pessoas nesta triste realidade e grande parte destas tendo três bases para sua condição: a) a dependência química (drogadição), sendo o fator mais marcante; b) a quebra dos vínculos familiares e; c) o alcoolismo.

Deodoro<sup>7</sup>, morador em situação de rua, evidencia grandes problemas enfrentados por esta população: 1) a discriminação formal do trabalho (dada a informalidade da moradia), sendo as possibilidades de empregabilidade bastante restringidas quando os possíveis empregadores não obtêm respostas quanto à referência de moradia; e 2) a situação dos albergues na cidade, cuja estrutura é de “depósitos humanos”. Sentindo-se reprimido com a presença da Guarda Municipal e com os trabalhos da assistência social, na avaliação dele, nada há de relevante ao contexto em que vivem os moradores em situação de rua<sup>8</sup>.

O Centro de Fortaleza, em consonância com os moradores em situação de rua, tem ocultado e revelado sua presença. Pernoite em praças e cortiços, relações do dia a dia estabelecidas nos cruzamentos viários e pontos de grande fluxo de pessoas e de prestação de serviços (restaurantes, bares, cartórios, estabelecimentos comerciais) são mecanismos utilizados na inserção para a sobrevivência deste grupo social. É de tal modo a constituição de uma visão externa de homogeneidade social em relação à dinâmica da (re)produção capitalista do espaço, em que “a identidade é antes de mais nada um sentimento de pertencimento, uma sensação de natureza

---

<sup>7</sup> Pseudônimo, tendo em vista preservar a identidade do morador em situação de rua. Nome relacionado ao local de encontro onde ocorreram tais relatos, na Rua Marechal Deodoro.

<sup>8</sup> Entrevista realizada em 31 de maio de 2010, em trabalho de assessoria técnico-social desenvolvido pelo Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos (CEARAH Periferia), da qual participamos e consolidamos nosso referencial temático inicial.

compartilhada, de unidade plural, que possibilita e dá forma e consistência à própria existência.” (GOMES, *op. cit.*, p. 60), mas que invisibiliza as diferenças e as contradições inerentes à condição *in loco* destes *habitantes* das ruas. Se nas décadas passadas os retirantes armavam suas redes em cajueiros nas proximidades da Igreja do Carmo e dos abarracamentos ali instalados, atualmente a fixação dos moradores de rua ocorre, quando não reproduz sua vida na precária condição dos cortiços – pagando, segundo eles, de sete a quinze reais para dormir e sendo dali expulsos tão logo amanhece o dia – acabam reproduzindo-a no chão das praças, das calçadas, das ruas.

A singularidade em relação à Fortaleza, acreditamos, encontra-se vinculada ao fato de que Fortaleza tem “(...) uma urbanização forçada ou causada pelo fenômeno das secas” (p. 114) e também “(...) um processo de disciplinamento e controle do espaço urbano e da sociedade, a quem é imposto um modo de vida” (COSTA, 2001, p. 115), de forma que em linhas gerais Fortaleza ainda apresenta tais características em sua configuração territorial, como os casos da desocupação da Praça da Bandeira (originalmente denominada Praça Clóvis Beviláqua), no Centro de Fortaleza, por via da Guarda Municipal, de moradores em situação de rua que lá ocupavam e sobreviviam e que, pejorativamente, o senso comum o batizavam de *Favela do Clóvis*. Assim, no caso de Fortaleza, o controle urbano sobre a cidade pelo poder público permanece seletivamente sobre o espaço – se antes impedia a permanência de retirantes da seca em suas redes nos cajueiros das praças, expulsa os colchões mofados daqueles em situação de rua na contemporaneidade.

Dessa maneira, na consolidação desta paisagem inserida na dinâmica do centro urbano da capital alencarina, os moradores de rua são pessoas que têm suas dinâmicas aproximadas não necessariamente por uma relação pessoal, uma solidariedade com o outro, mas fundamentalmente sob o contexto de origem com arrimo nas relações espaciais comuns (GOMES, 2006), em que a constituição e ampliação dos vazios urbanos – que somente na área central de Fortaleza são na ordem de 660 imóveis (FORTALEZA, 2010) – demonstram, aparentemente, um objetivo de luta comum, de realização do sonho da moradia.

Os projetos de requalificação da área central atualmente, sob a alçada federal e contrapartidas municipais e da Caixa Econômica – e abrindo precedentes de intervenções por meio das operações urbanas consorciadas – em suas diretrizes gerais propõem pôr em prática os programas que norteiam as atividades descritas para a requalificação, diferenciadas em intervenções difusas e intervenções estratégicas. Aquelas intervenções, de acordo com o referido plano municipal, estão sob a responsabilidade das diversas secretarias do Poder Público Municipal, podendo articular-se com o Estado e a União, além da iniciativa privada, sob a ação e articulação da Secretaria Executiva Regional do Centro (SERCEFOP); “são aquelas (...) intervenções sistemáticas do poder público que abrangem a totalidade do território” (FORTALEZA, 2009, p. 19), enquanto que as de cunho estratégico estão sob a ação e articulação da Fundação de Desenvolvimento

Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR); sendo “[...] aquelas onde a integração e concentração de esforços e recursos financeiros das diversas secretarias municipais tem maior potencial de impacto positivo para a reabilitação da área central de Fortaleza” (*ib.*, *ibid*), nisto se pautando que “o foco central e articulador das intervenções é o uso habitacional.” (*ib. ibid*).

Estas operações sobre o território central de Fortaleza, novamente, estão arregimentadas sob um princípio da normatização do uso por via institucional, vinculando-o ao Plano Diretor Participativo de Fortaleza, e na classificação da ocupação pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº. 7.987 de 23 de dezembro de 1996). Por sua vez, a consolidação de políticas habitacionais, com o financiamento pela Caixa Econômica e com a diretriz política com foco nas famílias de baixa renda, torna inacessível o projeto de moradia em área central àqueles com reduzidíssimo ganho mensal, no escopo da sobrevivência humana nas ruas.

Sem dúvida, os precedentes históricos podem ser repetidos na (re)produção do espaço urbano, na perspectiva da continuidade de um projeto de (re)inserção da área central no contexto da reprodução ampliada do capital no mundo contemporâneo e *resgatando/convidando* este território aos usos especulativos dos que aderem às causas contratualistas de tal projeto.

## **5. Considerações Finais**

A vida nas cidades é conflitante, contrastante e excludente. Os habitantes requerem, por intermédio de manifestações, melhorias (justas) para o referido espaço, mas na essência (capitalista) da cidade sempre haverá contrastes, sejam eles sociais, econômicos, políticos. A pobreza sempre aparecerá com a riqueza, porém com tentativas de torná-las invisíveis e/ou rejeitadas da paisagem urbana. Indo além da simples combinação como propõe Sposito (2008), é momento de debatermos as políticas que pautam os centros urbanos – e, assim, o Centro de Fortaleza – sob a perspectiva da questão habitacional posta como elemento fulcral na requalificação de espaços degradados.

A produção do espaço urbano do Centro de Fortaleza, em períodos pretéritos, guarda importantes mudanças na paisagem, considerando tanto as inovações quanto as permanências de suas edificações arquitetônicas e de seus usos. De uma paisagem aparentemente homogênea e preche de funções urbanas (pois, afinal, este território era a própria delimitação urbana de Fortaleza), esta área passa por processos de transferência administrativa, migração habitacional, especialização comercial, ou seja, uma decadência de suas funções.

Essa relação espacial dialética provoca, atualmente, um aprofundamento das relações sociais, mas também das concentrações e fragmentações urbanas. Ao passo que as distâncias políticas e econômicas diminuem, com a instalação e aperfeiçoamento dos meios de transporte, da



maior e melhor difusão das informações, a cidade abriga conflitos cada vez maiores em sua superfície, (des)alojando milhares de pessoas, as quais não possuem um lar, um *habitat*. Esse (des)alojamento empurra a população mais carente para longe do Centro da cidade, para as periferias, que se constituem pelas autoconstruções, pelo amontoado de pessoas e pela carência de infraestrutura.

Como produto da segregação espacial no Centro de Fortaleza, no quesito *déficit* habitacional e no confronto entre os vazios urbanos e os moradores em situação de rua, há locais em que a dialética é diária, onde os conflitos são cotidianos e frequentes: este território, com extrema atividade econômica durante o dia, tem um intenso enfraquecimento das relações no período noturno; um local quase inabitado, abriga a segregação socioespacial localizada nos espaços públicos e com os vazios urbanos agredindo os moradores em situação de rua, reforçando sua inacessibilidade à moradia digna.

De tal modo, as transformações urbanas obedecem a uma lógica de reprodução do espaço que não está diretamente vinculada aos interesses maiores da população. Assim, o estudo da paisagem urbana é capaz de revelar que “as cidades se alteram, recebem equipamentos novos e modernos que, em muitos casos, não tem nada a ver com a realidade do seu povo.” (SILVA, 1992, p. 14). Esta lógica é a da normatização, uma relação contratualista, de conveniências baseadas em torno de um (falso) consenso e realizadas historicamente na (re)produção do espaço urbano aos ditames daqueles que *concordam* com as relações ali desenvolvidas, na conformação da hegemonia política desta produção.

O desenvolvimento dos transportes, outrossim, aliado às transformações econômicas e sociais, proporcionam altos índices de crescimento da população urbana cearense, dada a grande ampliação das possibilidades de mobilidade das correntes migratórias. Fortaleza era o principal destino dos sertanejos cearenses. Em adição, “(...) vem se juntar os problemas da falta de moradia, a insuficiência dos serviços básicos, infra-estrutura e equipamentos de consumo coletivo (...)” (SOUZA, 2007, p. 25).

Na conjuntura da atualidade sua significação na qualidade de *habitat* decorre em torno de ali ser deteriorado para as elites, desejosas em manter-se afastadas do pobre (como um elemento *incômodo*) nas *periferias incluídas*, arborizadas e inacessível aos pobres, que por sua vez ora buscam realizar a necessidade de habitar na *periferia excluída*, precária, em loteamentos clandestinos, conjuntos habitacionais, quando não em favelas ou fruto do esforço coletivo com o mutirão e a autoconstrução. Em outras palavras, “o esvaziamento das populações moradoras é um processo antigo, que se observa há séculos: inicialmente afastaram-se as elites, posteriormente as reformas urbanas expulsaram as camadas pobres” (VAZ & VASCONCELLOS, 2010).

Dessa maneira, em meio a uma (re)produção capitalista do espaço e da cidade, o foco tratado sobre os centros urbanos, genericamente caracterizados como áreas degradadas e com infraestrutura subutilizada, assiste-se ao ressurgimento/reestabelecimento de planos urbanísticos para estas áreas, em meio a todo um conjunto de instrumentos normativos institucionais e a delimitação de ações burocráticas. Serão estas ações um resgate/reforço de projetos pretéritos de *modernização* de Fortaleza?

## Referências

AMORA, Z. B. Aspectos Históricos da Industrialização no Ceará. *In*: SOUSA, S. de (org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1994.

ANDRADE, J. M. A Oligarquia Acciolina e a Política dos Governadores. *In*: SOUSA, S. de (org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1994.

BRASIL. Ministério das Cidades/Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI. **Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais**. – Brasília: Ministério das Cidades/Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI, 2008.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Est@dos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ce>. Acesso em 13 mar 2011a, 19h32.

\_\_\_\_\_, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cid@des. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 13 mar 2011b, 19h44.

CARLOS, A. F. A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: EdUSP, 2008.

COSTA, M. C. L. Urbanização da Sociedade Cearense. *In*: DAMIANI, A.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (orgs.). **O Espaço no Fim de Século**: a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. *In*: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (orgs.). **Ceará**: um novo olhar geográfico. – 2 ed. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

DANTAS, E. W. C. Da Fortaleza à Região Metropolitana. *In*: DANTAS, E. W. C.; COSTA, M. C. L. (orgs.). **Vulnerabilidade Socioambiental da Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

FORTALEZA. CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. LEI COMPLEMENTAR N 062, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009. Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza.

\_\_\_\_\_. FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA (HABITAFOR). Plano Habitacional para Reabilitação da Área Central de Fortaleza. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/reabilitacao-de-areas>

[-urbanas-centrais/planosprojetos-elaborados/fortaleza-ce/P12%20%20web.pdf/view?searchterm=plano+habitacional+de+reabilita%C3%A7%C3%A3o+](#). Acesso em 18 mai. 2010, 08h21.

GIRÃO, V. C. As Charqueadas. In: SOUZA, S. de. (coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

GIRÃO, R. O Algodão. In: GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: Editora UFC, 2000.

GOMES, P. C. da C. **A Condição Urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1991.

OPOVO. Aformoseamento e fome. **Revista Fortaleza**: A Nossa Natureza: a seca desenha a cidade, Fortaleza, 07 maio 2006a. p. 01-15.

\_\_\_\_\_. Seca: o marco de 1877. **Revista Fortaleza**: A Nossa Natureza: a seca desenha a cidade, Fortaleza, 07 maio 2006b. p. 01-15.

\_\_\_\_\_. Ameaça à cidade 'civilizada'. **Revista Fortaleza**: A Nossa Natureza: a seca desenha a cidade, Fortaleza, 07 maio 2006c. p. 01-15.

\_\_\_\_\_. Alto da Pimenta. **Revista Fortaleza**: A Nossa Natureza: a seca desenha a cidade, Fortaleza, 07 maio 2006d. p. 01-15.

\_\_\_\_\_. A cidade dual. **Revista Fortaleza**: O Nosso Patrimônio: a formação urbana, Fortaleza, 07 maio 2006e. p. 01-15.

PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e controle social (1860-1930). 3 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

REIS, J. C. Capistrano de Abreu (1907). O Surgimento de um Povo Novo: o povo brasileiro. *Revista de História* 138, 1998, p. 63-82.

SEABRA, O. C. de L. Metropolização: a reprodução do urbano na crise da sociedade do trabalho. In: CIDADES: Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos – vol. 1, n. 1, 2004 – Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004, v. 6, n. 10.

SILVA, J. B. da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

\_\_\_\_\_. O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, S. de. (coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

\_\_\_\_\_. Espaço e Contradições. In: DAMIANI, A.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (orgs.). **O Espaço no Fim de Século**: a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, M. S. de. O Crescimento das Cidades no Ceará e sua Evolução. In: 4º SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. Anais... Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1995.

\_\_\_\_\_. Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. – 2 ed. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SPOSITO, E. S. **Redes e Cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VAZ, L. F.; VASCONCELLOS, L. M. de. **A Reabilitação de Edifícios de Escritórios: uma Opção no Cruzamento da Questão da Habitação com a Questão das Áreas Centrais**. Disponível em: [http://www.chiqdasilva.com/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=55:thumbtextollian&catid=3:textos&Itemid=4](http://www.chiqdasilva.com/site/index.php?option=com_content&view=article&id=55:thumbtextollian&catid=3:textos&Itemid=4). Acesso em 15 jun 2010, 10h03.

VIEIRA JÚNIOR, A. O. **Entre o Futuro e o Passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

Recebido em: novembro de 2011.

Aceito para publicação em: janeiro de 2012.